

## EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

### A CRIAÇÃO DO PATRIARCADO E A DOMINAÇÃO MASCULINA

#### THE CREATION OF PATRIARCHY AND MALE DOMINATION

Kassia Ramilli Czarneki  
Angela Maria Moura Costa

#### RESUMO

O resumo discute a criação do patriarcado, revisitando historicamente os papéis sociais e ocupações atribuídas a homens e a mulheres e, como ocorreu a inversão dos papéis com o estabelecimento do patriarcado e dominação masculina. Constitui-se, nos procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Com a análise dos dados referente a temática constatou-se que este fenômeno patriarcal afeta de maneira significativa nas relações sociais de sexo. Por isso se faz necessário pensar sobre as relações sociais de sexo e patriarcado.

**Palavras-chave:** patriarcado; mulheres; dominação masculina.

#### ABSTRACT

El resumen analiza la creación del patriarcado, revisando históricamente los roles sociales y ocupaciones atribuidos a hombres y mujeres y cómo se produjo la inversión de roles con el establecimiento del patriarcado y la dominación masculina. Los procedimientos metodológicos constituyen una investigación bibliográfica de carácter cualitativo. Con el análisis de datos referentes al tema, se encontró que este fenómeno afecta significativamente las relaciones sexuales sociales. Por tanto, es necesario pensar en las relaciones sociales de sexo y patriarcado.

**Keywords:** patriarcado; mujer; dominación masculina.

#### 1 INTRODUÇÃO

O patriarcado é um sistema social que atribui o poder e a autoridade predominantemente aos homens, relegando as mulheres a um papel subordinado. Ao longo da história, o patriarcado tem sido amplamente difundido em diversas culturas e sociedades, perpetuando a dominação masculina em todos os aspectos da vida, desde o âmbito familiar até o político e econômico. Essa estrutura hierárquica baseada no gênero tem consequências

profundas para as mulheres, limitando suas oportunidades de educação, trabalho e participação política. Diante disso, o presente texto tem o objetivo de contextualizar a respeito do processo histórico pelo qual o patriarcado se estabeleceu e se institucionalizou, sob o prisma dos papéis sociais e ocupações atribuídas a homens e a mulheres ao longo da história nas sociedades mesopotâmicas. Discute-se ainda como ocorreu a “inversão” dos papéis entre homens e mulheres, com a hierarquização das relações de poder, baseadas na subordinação e controle das mulheres ocorrendo, portanto, a dominação masculina (Lerner, 2019).

Quanto à metodologia utilizou-se de levantamento bibliográfico com análise qualitativa, haja vista que, de acordo com Silva (2013), não basta apenas observar sem uma base teórica sobre o tema, pois torna-se necessária a preparação teórica para realizar a pesquisa. Este trabalho faz parte de um recorte da 1ª seção do trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *“Patriarcado e Violência: o impacto da masculinidade tóxica nas relações sociais de sexo”*, defendido em março de 2024 para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, área de Ciências Sociais Aplicadas, do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO).

## 2 DESENVOLVIMENTO

A normatização e a naturalização dos papéis sociais e sexuais são frutos de uma construção das mais longínquas eras, nas diversas sociedades baseadas na exploração, no controle social e sexual dos corpos das mulheres e no poder e acumulação de riquezas. Para Engels (1986), as sociedades pré-históricas possuíam diversas formas de organização e papéis sociais distintos dos atuais, com pouca ou nenhuma hierarquia. Elas possuíam a organização social como nômades, coletivistas e matrilineares, sendo que o cuidado das crianças cabia a todos(as) e o parentesco era somente baseado na linhagem materna. Diferentemente de Engels (1986), Lerner (2019) não afirma que as sociedades matriarcais realmente existiram como um todo, porém, entende-se que no período havia uma maior “igualdade” entre homens e mulheres. Foca-se então na existência de comunidades matrilocais ou na matrilocidade, na qual era o homem que deixava a sua família de origem para morar com a esposa ou com sua família. Segundo Alambert (2004, p.27), na pré-história homens e mulheres viviam numa certa harmonia:

Na aurora da humanidade não podemos falar na existência de desigualdades entre o homem e a mulher. Naquele tempo, não existiam povos, nem Estados separados; os seres humanos viviam em pequenos grupos (hordas) e, depois, em famílias e tribos. [...] os seres humanos tinham que se manter agregados, solidários entre si, para sobreviver e se defender dos animais ferozes e das intempéries. Quem se marginalizava percia. Logo, não havia uma superioridade cultural entre homens e mulheres.

Em sociedades de caçadores-coletores há evidência de maior igualdade entre homens e mulheres, bem como a importância das mulheres para a sobrevivência da espécie (Lerner, 2019). Outrossim, Engels (1986, p.218) admitiu a existência de uma divisão de trabalho entre os sexos:

O homem vai à guerra, sai para caçar e pescar, obtém matéria-prima para a alimentação e as ferramentas necessárias para isso. A mulher cuida da casa e da preparação dos alimentos e do vestuário, cozinha, tece e costura. Cada um é mestre no próprio campo de trabalho: o homem na floresta, a mulher na casa. Cada um é dono dos instrumentos que usa. [...] O que é feito e usado em comum é propriedade comum – a casa, a horta, a canoa.

De modo diferente da atualidade, a divisão de tarefas desempenhada por cada membro da tribo baseava-se nas necessidades de sobrevivência. As mulheres, em virtude de questões biológicas - de gerar a vida e amamentar os seus bebês - desempenhavam atividades que poderiam ser conciliadas para a sobrevivência da espécie. Os homens, por sua vez, ficavam responsáveis pela caça:

Embora seja razoável presumir que algumas mulheres em cada tribo ou bando fossem fisicamente capazes de caçar, também pode se presumir que não queriam participar de caçadas a grandes animais com regularidade, pois ficariam sobrecarregadas fisicamente com filhos na barriga, nos quadris ou nas costas. Além disso, embora um bebê carregado nas costas possa não ser um impedimento para a mãe participar de uma caçada, um bebê chorando pode ser (Lerner, 2019, p. 92).

Assim, as mulheres frequentemente não participavam de grandes caçadas devido aos barulhos que os bebês poderiam fazer e, assim, espantar a caça. Logo, a primeira divisão social e sexual do trabalho não se trata de diferenças de força ou resistência física, mas especificamente pelas capacidades reprodutivas (Lerner, 2019).

Outrossim, Lerner (2019) ao discorrer sobre a criação do patriarcado e a dominação masculina historiciza através de símbolos, da cultura e da religião o contexto das sociedades

mesopotâmicas (e comunais) apontando uma figura central para esses povos por milênios, a deusa-mãe, conforme a imagem 01.

**Imagem 01** - Deusa-Mãe dando à luz. Çatal Hüyük



Fonte: Extraído do livro a criação do Patriarcado de Gerda Lerner (2019).

A deusa-mãe pode ser entendida, através de registros arqueológicos, como a primeira forma de expressão religiosa - formando um laço entre mãe e filho -, era frequentemente adorada como uma divindade, simbolizando a fertilidade, a vida e a conexão com a natureza. O poder da Deusa-mãe refletia na ordem social, no papel e na importância da mulher na sociedade e em seu núcleo familiar (Lerner, 2019).

Em particular, a veneração dada às mulheres envolvia o mistério da gestação vinculada a criação das espécies, pelo poder de gerar a vida e o aleitamento, bem como a valorização dada a vagina e a sua sexualidade, tida como algo “mágico” e místico (visível na imagem 02). Nesse período acreditava-se que as mulheres possuíam uma espécie de poder mágico (Lerner, 2019).

**Imagem 02** - Mulher nua. Ídolo de fertilidade



Fonte: Extraído do livro a criação do Patriarcado de Gerda Lerner (2019).

Por mais que a sexualidade das mulheres fosse sempre tratada como um tabu, ao se tratar das deusas isso não acontecia. Conforme representada na imagem anterior, na época, era comum a realização de oferendas a imagens e artefatos que remetesse a mulheres nuas, à vulva ou aos seios, justamente pela existência de deusas conhecidas pelo poder da fertilidade, como também seu prazer era reconhecido. As sacerdotisas também possuíam a sua importância iguadas, eram adoradas e veneradas, vistas como principais meios de comunicação com os deuses, de tal modo que podemos analisar tais representações através de inúmeros registros históricos, a exemplo das estatuetas do período (Lerner, 2019).

De modo geral, em tal contexto, as mulheres desempenhavam papéis importantes na sociedade, tanto na esfera doméstica quanto na esfera pública. Estes pontos ilustram não apenas a iniciativa das mulheres nas relações públicas, mas também de que as mulheres do período possuíam acesso à formação e ao estudo (Lerner, 2019). Tais aspectos remetem à reflexão sobre: como ocorreu o estabelecimento do patriarcado como a organização social, na qual as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens? O patriarcado não nasceu de maneira espontânea e natural, ao contrário, possui uma base material, sócio-histórica e política.

Dentre essas relações que dão base à estruturação do patriarcado, destacamos: 1) as relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT (Cisne; Santos, 2018, p. 45).

O que chamamos de "estabelecimento do patriarcado" não foi algo do dia para a noite, mas sim um "[...] processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C.[...]" (Lerner, 2019, p.40), em um ritmo diferente em cada sociedade. Com a mesma análise Saffioti (1987, p. 47), revela que a violência contra a mulher está presente na sociedade há muito tempo, ou seja, possui raízes profundas: “[...] calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios”.

A comunidade primitiva perdurou por mais de trinta mil anos. Entre os elementos para a sua dissolução, destacam-se: a domesticação de animais e o surgimento da agricultura, na qual as comunidades passam a dedicar-se ao cultivo de terras e passam a ser sedentárias:

Esse processo – que, segundo as informações antropológicas, consolidou-se entre 5.500 e 2.000 antes de Cristo – acarretou significativas transformações na relação dessas comunidades com a natureza: aperfeiçoados os instrumentos de trabalho, inclusive com o uso de metais e a descoberta de suas ligas, os homens começaram a controlar o tempo [...] e algumas forças naturais [...]. No interior das comunidades, as tarefas agrícolas [...] diferenciam-se daquelas que instauraram o artesanato [...] (Netto; Braz, 2007, p. 33).

De fato as modificações ambientais também influenciam, sobretudo com o desenvolvimento da agricultura e, posteriormente, da pecuária. Com a domesticação dos animais e a necessidade da caça de animais de grande porte, os homens, ao observarem o comportamento dos animais, percebem na natureza os papéis e a “dominação” do sexo masculino:

Com a domesticação de animais e o desenvolvimento da pecuária, a função do homem no processo de procriação tornou-se mais aparente e foi mais compreendida. Em um estágio posterior de desenvolvimento, encontramos a Deusa-Mãe associada a um parceiro masculino, um filho ou irmão, que a ajuda nos ritos de fertilidade acasalando com ela (Lerner, 2019, p. 258).

Saffioti (2007) com a mesma perspectiva de Netto e Braz (2007) atribui a produção do excedente econômico como um dos fatores de mudança social, ou seja, as comunidades passaram a produzir mais do que necessitavam para suprir as necessidades imediatas e passaram a acumular e, em um estágio posterior, formou-se a propriedade privada e a exploração do trabalho.

Nesse aspecto, a família surge com a ideia de manutenção da propriedade privada, Lessa (2011, p. 31) ilustra ao enfatizar que “[...] a família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os seres. Surge como propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico”. Com a apropriação dos excedentes e a aquisição da propriedade privada, os homens buscaram a todo custo garanti-la para seus herdeiros e, para tal feito, ocorre a institucionalização da família monogâmica, conseqüentemente, ocorre o controle da sexualidade das mulheres com a exigência do resguardo e virgindade.

As crescentes relações de dominação masculina emergiram com a passagem do direito materno para o paterno, isto é, nesse momento há o estabelecimento da linhagem patrilinear e patrilocalidade, a qual “[...] estrutura o parentesco de modo que a mulher tenha de deixar sua família de origem e morar com o marido ou a família dele [...]” (Engels, 1986, p. 101), tendo a descendência e herança da linhagem masculina. Todavia, Lerner (2019, p. 33) destaca uma

anterioridade da desigualdade entre homens e mulheres em relação a desigualdade de classes, expondo que “[...] a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens ocorreu antes da formação da propriedade privada e da sociedade de classes. A transformação dessa capacidade em mercadoria, na verdade, está no alicerce da propriedade privada”.

Os autores discordam quanto aos fatos. “Engels e seus seguidores acham que a propriedade privada veio antes, causando ‘a grande derrota histórica do sexo feminino’. Lévi-Strauss e Claude Meillassoux acreditam que foi pelo comércio de mulheres que a propriedade privada acabou sendo criada” (Lerner, 2019, p.103). Anterior a esse processo a desigualdade de relações sociais de sexo já havia mostrado seus traços, sobretudo com a emergência do “comércio de mulheres” e “roubo de mulheres”, principalmente em conflitos tribais, ou seja, a desigualdade entre homens e mulheres, evidencia suas garras com o controle sexual das mulheres. E também “Pode assumir várias formas, tais como a remoção forçada de mulheres de suas tribos (roubo de noivas); defloramento ritual ou estupro; casamentos arranjados” (Lerner, 2019, p. 100).

A sexualidade da mulher, consistindo principalmente em suas capacidades reprodutivas e seus serviços sexuais, foi mercantilizada antes do início da civilização. O desenvolvimento da agricultura impulsionou a “troca de mulheres” entre tribos, que além de serem usadas como objetos de troca para casamentos de aliança, também possuíam suas capacidades reprodutivas exploradas ao serem estupradas e forçadas a gerar crianças para o aumento da tribo, pois as crianças eram utilizadas como mão de obra para aumentar a produção e acumular excedentes (Lerner, 2019).

A “troca de mulheres” é a primeira forma de comércio, na qual as mulheres são transformadas em mercadoria e “coisificadas”. O comércio de mulheres foi mais um dos fatores que levou à inversão da deusa mãe para o patriarcado. Firmou-se culturalmente a superioridade do homem em relação a mulher e a desigualdade das relações sexuais. Assim, a mulher tornou-se também uma propriedade do marido, estando submissa a ele. Assim, as mulheres foram as primeiras “escravas” da história, pois

[...] em decorrência de conflitos entre grupos primitivos, que, ao vencerem batalhas sobre outros povos, aprisionavam mulheres e crianças e executavam os homens. Essas mulheres tornavam-se prisioneiras de guerra e servas sexuais. A escravização de prisioneiras, e seu uso como concubinas [...] manteve-se desde a época do épico do Homero até o período moderno (Lerner, 2019, p. 126).

Posteriormente, nota-se que a crescente dominação masculina emerge com a substituição da Deusa-mãe por um deus homem, ou seja, há um rebaixamento da Deusa-mãe em diversas culturas:

[...] primeiro, o rebaixamento da imagem da Deusa-Mãe e a ascensão e posterior dominância de seu consorte/filho; depois a fusão deste com um deus da tempestade em um Deus-Criador, que lidera o panteão de deuses e deusas. Onde quer que ocorram essas mudanças, o poder da criação e da fertilidade é transferido da Deusa para o Deus (Lerner, 2019, p. 251).

Com o destronamento da Deusa-mãe há diversas alterações na sociedade com a ascensão dos Deuses homens e o surgimento do monoteísmo. Por mais que, como Lerner (2019) exemplificou, no início as deusas eram adoradas e vistas como místicas pela sexualidade e fertilidade e, com o destronamento da Deusa-mãe, a sexualidade feminina, a não ser para fins de procriação, passa a ser associada como um pecado. Além disso, a partir do momento que os homens perceberam que também possuem participação para a reprodução, a sexualidade das mulheres torna-se invalidada. A partir deste ponto percebe-se que as mulheres começam a ser “[...] socializadas para conduzir-se como caça, que espera o ‘ataque’ do caçador. [...]. Como o homem foi educado para ir a caça, para, na condição de macho, tomar sempre a iniciativa [...]” (Saffioti, 2015, p. 28).

Pateman (1993), analisa o patriarcado a partir de uma perspectiva política e jurídica. Argumenta que o patriarcado é sustentado por um contrato sexual implícito que define e mantém a subordinação das mulheres aos homens na sociedade, sendo uma manifestação da dominação masculina no livre acesso ao corpo das mulheres. “O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher [...]” (Pateman, 1993, p.16-17).

Esse contrato estabelece uma divisão desigual de poder, onde os homens exercem o controle sobre os recursos e as mulheres são subjugadas, ou seja, o patriarcado é uma estrutura política que perpetua a desigualdade nas relações sociais de sexo e reforça a supremacia masculina (Pateman, 1993). Isso acabou por dar origem à ideia de que os homens eram superiores e detentores do poder, enquanto as mulheres eram consideradas inferiores, vistas como fontes de propriedade e objetos de controle social e sexual.

Os documentos do reinado de Urukagina nos oferecem um olhar aterrorizante da vida das mulheres. Lê-se em um dos éditos de Urukagina: ‘Mulheres de outros tempos se



casavam com dois homens, mas as mulheres de hoje foram obrigadas a abandonar esse crime”. O édito continua e afirma que mulheres que cometiam esse “crime” na época de Urukagina eram apedrejadas, tendo sua intenção maligna inscrita nas pedras. Em outro trecho, o édito afirma que, “se uma mulher falar [...] de forma completamente desrespeitosa com um homem, sua boca será esmagada com um tijolo refratário’ (Lerner, 2019, p. 127).

A exemplo também pode-se analisar a partir do código Hamurabi - um dos códigos de leis sociais mais antigos, rei da Babilônia (1700 a.C.) - que consta artigos para as relações familiares baseadas na subordinação das mulheres e em princípios patriarcais (Lerner, 2019).

A esposa era obrigada por lei a desempenhar seu papel econômico para satisfazer o marido. Um homem podia se divorciar da esposa ou reduzi-la ao status de escrava e se casar com uma segunda mulher se ela “persistisse em se comportar de forma néscia, arruinando a casa e depreciando o marido (CH § 141) (Lerner, 2019, p. 204).

Desde tempos imemoriais as mulheres são submetidas a mutilações genitais, a escravizações sexuais, estupros (de guerra) e submetidas a abortos clandestinos, trocas de mulheres, dificuldade de participação na sociedade, violência doméstica e obstétrica, sendo práticas violentas para mantê-las submissas às ordens de seus maridos ou pais.

Ao contextualizarmos ainda mais, as mazelas históricas nos mostram a perseguição religiosa, política e social das mulheres, ocorrido no período clássico iniciado no século XV com a “caça às bruxas”.

A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que quer dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino – que já não toleravam e que tinham que se tornar abomináveis aos olhos da população (Federici, 2017, p. 306).

Ao visualizarmos o sistema de produção Feudal também é notório a enorme violência contra as mulheres, sobretudo em virtude da exploração sexual de mulheres da classe trabalhadora pauperizada.

A exploração sexual de mulheres de classe baixa por homens de classe alta pode ser demonstrada na Antiguidade, sob o feudalismo, em lares burgueses dos séculos XIX e XX na Europa, nas complexas relações de sexo/raça entre mulheres dos países colonizados e seus colonizadores homens [...] (Lerner, 2019, p.354).

No Brasil, desde a sua invasão, vigoraram as Ordenações filipinas, validadas como lei que permitiam que o marido aplicasse castigos às mulheres:

Essas formações discursivas ditaram repetidamente durante séculos e impuseram à mulher posição de subjugada ao homem. Sendo assim, a mulher era, inicialmente, propriedade deste na relação de pai e filha, e posteriormente na relação de marido e mulher. Historicamente, veremos que esse pertencimento dava à mulher o dever de assegurar a honra de seu pai ao manter-se virgem e depois a honra de seu marido ao manter-se fiel. Assim, a honra era construída como um bem masculino, cabendo à mulher o dever de manter-se intacta (Ramos, 2012, p. 56).

Na virada do século XIX para o XX, no Brasil verifica-se a emergência de teorias pautadas na superioridade branca, a partir de autores eugenistas que utilizaram mecanismos pautados na lógica do *branqueamento cultural*, o qual baseava-se em promover o branqueamento da sociedade, sobretudo por meio de políticas de imigrações. A partir do incentivo para o cruzamento entre brancos e negros a miscigenação teria como objetivo a eliminação de segmentos não-brancos (Gonzalez, 1988). Nesse sentido, pode-se compreender que mesmo que o patriarcado oprima as mulheres de maneira geral, torna-se necessária a compreensão das particularidades existentes, em virtude das múltiplas refrações da Questão Social<sup>1</sup>.

Dessa forma, ao ser abordado sobre as mulheres negras durante o processo histórico de escravização, a desigualdade nas relações de sexo, raça e classe tornam-se ainda mais exposta, haja vista que estas eram tratadas como mercadorias e, além de terem seus serviços explorados na mesma proporção que os homens negros, ainda - devido aos anseios patriarcais - eram submetidas a estupros (amas de leite) *pela casa grande* (Davis, 2018).

Da mesma forma que o estupro era um elemento institucionalizado de agressão ao povo vietnamita, concebido com a intenção de intimidar e aterrorizar as mulheres, os proprietários de escravos encorajavam seu uso terrorista para colocar as mulheres negras em seu lugar. Se elas conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais – é o que os proprietários devem ter raciocinado – fariam com que elas se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de fêmeas (Davis, 2018, p.37).

Essa questão histórica trouxe consequências até os dias atuais, as mazelas da hipersexualização e coisificação, bem como da desclassificação, lançou sobre seus corpos ao trabalho extremamente exploratório e precário, ao racismo estrutural e institucional (Davis, 2018).

---

<sup>1</sup> Definido por Yamamoto (1998, p. 27) “[...] como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” onde “a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade”.

Com o início da sociedade capitalista, a noção de trabalho se transforma e ocorre um recorte ainda maior, na qual as mulheres se veem diante de mais uma forma de opressão, além da religião e família.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos próprios membros da burguesia ascendente [...]. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através,[...], da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida do capital, era insuficiente a mais-valia relativa [...] (Saffioti, 2013, p. 67).

Esses fatos indicam o ligamento entre poder e dominação dos homens, onde posteriormente, com o capitalismo nascente, ocorre a exploração das mulheres para a apropriação da mais-valia, haja vista que há a relação entre a relação capital/trabalho: uma forma de manutenção da propriedade privada e, conseqüentemente, do patriarcado - fundado na teoria da reprodução social<sup>2</sup> (Bhattacharya, 2013). Destarte, tais exposições revelam a profundidade do fenômeno, o qual permite observar a relação política e sócio-histórica, por meio da instauração de instituições que promovem o funcionamento do patriarcado, como a família, a religião e o Estado (Saffioti, 1987).

### **3 CONCLUSÃO**

Buscou-se o resgate histórico de como o patriarcado se estabeleceu desde as sociedades antigas, como as da região mesopotâmica do oriente, cuja característica revela alguns dos papéis sociais de homens e mulheres em sociabilidades sem hierarquias e poucas desigualdades, na qual as divisões sexuais de trabalho fundava-se em necessidades de sobrevivência. Tendo como referência religiosa para esses povos a figura de uma Deusa-mãe criadora.

---

<sup>2</sup>A Teoria da Reprodução Social – uma teoria feminista marxista - mostra como que a produção de serviços e produção da vida fazem parte de um processo integrado. Seu foco diz respeito a contradição entre o modo de produção capitalista tem para manter suas taxas de lucro, haja vista a utilização das mulheres enquanto “empregadas não remuneradas” (Bhattacharya, 2013).

O patriarcado nem sempre existiu, ele possui uma base histórica e sociopolítica, diversificando conforme o recorte espaço-temporal, em maior ou menor grau, mas sempre em uma matriz de diferenciação expressiva no subjugo do ser mulher, em relação ao papel de dominância do ser homem. Ou seja, tal diferenciação perpassou pelas diferentes sociedades, nos mais variados períodos históricos, sendo sempre a mulher culpabilizada e até mesmo demonizada - como na caça às bruxas no período medieval na história ocidental.

O subjugo da mulher em relação ao homem foi tomando novas formas e se intensificado nos diversos modos de produção e processos de organização nas sociedades. A partir do advento do sistema capitalista houve a agudização desse processo de reforço do “espectro” do patriarcado, onde se evidenciou a divisão sexual do trabalho aumentando a precarização do trabalho das mulheres na incipiente industrialização, com cargas horárias excessivas, enquanto vendedoras da força de trabalho, acrescidas das responsabilidades domésticas e de cuidados a elas atribuídas impositivamente.

Essa construção nasce acerca dos critérios da socialização e imposição de papéis sociais, onde desde o nascimento - ou antes - as mulheres são ensinadas, ou melhor, são "treinadas" para desempenhar determinadas funções consideradas femininas. Para elas são atribuídos papéis sociais e sexuais, com obrigações, estereótipos e expectativas perante o processo de socialização. E esses critérios buscam, além da dominação do ser mulher, a manutenção da supremacia masculina com base nos interesses vinculados na manutenção da reprodução social capitalista-racista-patriarcal (Saffioti, 1987).

Assim, conclui-se que a luta contra a dominação masculina e a desigualdade de gênero é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual homens e mulheres possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades. É urgente desafiar e desconstruir as estruturas patriarcais que perpetuam a subjugação das mulheres e restringem seu pleno potencial.

## REFERÊNCIAS

- BHATTACHARYA, T. **O que é a teoria da reprodução social**. Purdue University, 2013.
- DAVIS, A. **Mulheres, classe e raça**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª edição – São Paulo: Boitempo, 2018.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Global, 1986.

\_\_\_\_\_. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Rio de Janeiro: Revista Trabalho Necessário, 1876.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural da amefricanidade.** Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93, 1988.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: Temporalis. Brasília: ABEPSS, Ano 2, n. 3, p. 9-32, 2001.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** Tradução de Luiza Serella. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Introdução à Filosofia de Marx. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia política: uma introdução.** (Biblioteca Básica do Serviço Social v. 1). São Paulo: Cortez, 2007.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RAMOS, M. D. **Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres.** Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 1, p. 53–73, jan. 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, 1987.

SILVA, A. et al. **Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas.** In.: Sociologia em Movimento. 1 ed. São Paulo: Ed Moderna, 2013.